

## **Contribuição SindTrr Aviso de Tomada Pública de Contribuições nº 3/2018**

Após a análise do “Aviso de Tomada Pública de Contribuições nº 3/2018”, cujo objeto é a verticalização na cadeia de distribuição de combustíveis, o Sindicato Nacional do Comércio Transportador – Revendedor – Retalhista de Combustíveis, como representante do segmento que integra a cadeia do Sistema Nacional de Abastecimento, atuando entre a atividade de distribuição e a revenda varejista no atendimento ao mercado consumidor, vem através deste documento apresentar considerações sobre a referida TPC, resultado de amplo debate em reunião realizada em 28 de setembro pp. em São Paulo, com a presença da Diretoria e de todos os Diretores Sindicais Regionais.

Especificamente em relação à atividade TRR, são os seguintes tópicos que merecem comentários e considerações, a saber:

- vedação da comercialização direta de produtores e importadores para revendedores;
- vedação de que os TRRs comercializem outros combustíveis, além de óleo diesel;
- manutenção da obrigatoriedade de que os TRRs comprem diretamente de distribuidores;
- manutenção das limitações de comercialização para distribuidores e TRRs no que se refere aos pontos de abastecimento nos termos da Resolução ANP n. 34, de 1. de novembro de 2007.

Deflui das propostas que o objetivo do Grupo de Trabalho constituído pela ANP e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica não é de promover a desregulamentação das normas construídas e sedimentadas ao longo dos últimos vinte anos, desde a edição da Lei do Petróleo, a 9.478, em 1997, mas antes buscar maior concorrência na cadeia de distribuição de combustíveis, traduzida em benefícios para os consumidores, garantia fundamental prevista na Constituição Federal e no ordenamento legal infraconstitucional.

## CONSIDERAÇÕES

Com todo o respeito a opiniões divergentes, entende o SindTrr que é de fundamental importância a manutenção do atual sistema regulatório neste momento, até que se implemente condições seguras para a eventual introdução das alterações propostas, pois o atual Sistema foi construído através de árduo trabalho da Agência com a participação direta de agentes e entidades que representam as atividades reguladas na Lei do Petróleo, reconstruído passo a passo ao longo de uma década, desde a malograda desregulamentação levada a efeito no início da década de 90, pelo então Ministério da Infra-Estrutura.

E a adoção das alterações propostas, consubstanciadas no acesso do TRR a outras fontes de suprimento, como refinarias e importadores; autorização para a comercialização de outros combustíveis automotivos e a revogação da Resolução ANP n. 34, de 2007, **não contribuirão para a pretendida finalidade, que é produzir maior concorrência na cadeia de distribuição e revenda, gerando benefícios aos consumidores, com a redução dos preços, mantida a garantia de qualidade dos combustíveis.**

E bem assim porque o arcabouço regulatório vigente, que permite o ingresso de novos agentes, desde que os interessados comprovem idoneidade e capacidade econômica para integrar o Sistema, seja como Distribuidor, TRR ou Revendedor Varejista, já garante condições concorrenciais satisfatórias aos consumidores, com liberdade de escolha de fornecedores.

## RESOLUÇÃO ANP nº 34

E nem se argumente que a limitação de comercialização de óleo diesel a consumidores em função da Resolução ANP nº 34, que permite às Distribuidoras o fornecimento do combustível somente a Grandes Consumidores, definidos como sendo aqueles consumidores que possuem Ponto de Abastecimento com tancagem igual ou superior a 15 m<sup>3</sup>, obstrui ou compromete a livre concorrência entre os segmentos, prejudicando o consumidor.

É enganosa a percepção de que a assimetria regulatória entre as atividades de distribuição e TRR, e na qual se insere o regulamento

da Resolução ANP n. 34, cause entraves à concorrência, em prejuízo do consumidor; ao contrário, garante benefícios em termos de agilidade, segurança e pleno abastecimento dos consumidores, de qualquer volume, principalmente no interior do país, distantes dos grandes centros e das Bases de Distribuição, tornando desinteressante o atendimento pelas Distribuidoras.

E isto só é possível na medida em que a manutenção da Resolução ANP n. 34 propicie segurança jurídica, com a garantia dos investimentos realizados pelo TRR para o atendimento do mercado consumidor, a exemplo do que ocorreu com a introdução do Óleo Diesel B S10 no mercado, que obrigou o TRR ao aumento e adequação de suas instalações de armazenamento, para o pleno atendimento do mercado.

O benefício do consumidor, neste mercado tão competitivo entre os segmentos, com forte concorrência entre os agentes de um mesmo segmento em relação a preço e qualidade dos combustíveis, só é possível em razão dos princípios da livre iniciativa, da livre concorrência e o pleno controle do poder econômico, **para evitar práticas abusivas.**

No Sistema atual, o único segmento no qual a concorrência não se faz presente é no refino, e para que isso ocorra, em benefício de toda a cadeia, culminando no consumo, é necessário incrementar os investimentos e propiciar segurança jurídica, além de um novo modelo de importação.

Em passado recente, antes do advento da norma administrativa sob comento, era comum a prática das Distribuidoras de combustíveis para aumentar seu Market Share, forçar o TRR a comprar determinado volume, sob a ameaça de aliciamento a seus clientes.

Em se tratando de combustíveis, há exemplos de plena dominação do mercado por grandes corporações, que após sufocar a revenda, a ponto de controlá-la ou exterminá-la, **num primeiro momento concede benefícios aos consumidores**, para ao depois exercer a dominação plena e controlar os preços, **com aumentos nas margens de lucros e seleção de clientes, seja em função da localização, facilidades de abastecimento ou risco de inadimplência.**

**A definição do Grande Consumidor inserida na Resolução ANP nº 34/2007, como norma administrativa derivada diretamente do texto infraconstitucional, complementou o disposto no inciso XX, artigo 6º da Lei nº 9.478, de 1997, Diploma Legal que regulamentou o artigo 238 Das Disposições Constitucionais Gerais da Carta Magna.**

A atividade TRR, ao longo do último século, já demonstrou e provou ser essencial para o pleno abastecimento do mercado de óleo diesel, devido a sua localização estratégica em todo o território nacional, percorrendo longas distâncias para o atendimento aos consumidores, e isso somente é possível com agentes independentes e sadios economicamente.

E para concluir, cumpre observar que não há limitação de comercialização de óleo diesel pelas distribuidoras, em razão da Resolução ANP nº 34, pois se há interesse de uma Distribuidora no atendimento de um consumidor, e a própria característica da Distribuidora é o atendimento em grandes volumes, basta substituir a tancagem por uma instalação igual ou superior a 15 m3.

## **ACESSO DO TRR A OUTRAS FONTES DE SUPRIMENTO**

Já em relação ao acesso a outras fontes de suprimento, entende o SindTrr que atualmente o abastecimento nas refinarias se demonstra de todo inviável, por uma questão operacional, devido ao carregamento de carros-tanque, e também de logística, pela localização das refinarias, e mesmo que se tornasse viável, beneficiaria somente um número reduzido de TRR, e ainda assim, para o atendimento deste número reduzido de TRR as refinarias teriam que introduzir uma série de alterações em sua estrutura operacional, administrativa e financeira.

Quanto ao suprimento direto por importadores, atualmente as Distribuidoras já garantem o suprimento do TRR com os produtos importados, e a atuação direta dos importadores ao mercado TRR só se tornaria atraente após uma radical reforma tributária e a ampliação na logística para o recebimento dos produtos importados, além de uma política de preços transparente da refinaria, sem oscilações constantes e inesperadas que possam

comprometer investimentos e gerar prejuízos aos importadores.

Acrescente-se a esses argumentos a dificuldade de acesso do TRR ao biodiesel, participando de leilões, e a estrutura para a mistura e controle de qualidade do Óleo Diesel B.

## **COMERCIALIZAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS**

E por último, em relação à possibilidade do TRR comercializar outros combustíveis, além de óleo diesel, óleos combustíveis e querosene, considera o SindTrr que o mercado de gasolina e álcool está plenamente atendido, pelo segmento distribuidor e pela revenda varejista, e sua participação no atendimento domiciliar a consumidores detentores de Pontos de Abastecimento seria insignificante, em nada contribuindo para o objetivo perseguido pelo Grupo de Trabalho constituído pela ANP e CADE.

## **ALTERNATIVA**

Entretanto, se a conclusão do Grupo de Trabalho direcionar para a adoção das propostas objeto da Tomada Pública de Contribuições, o SindTrr considera de fundamental importância a prévia discussão em Audiência Pública, das seguintes medidas:

- a) fixar período razoável de transição para o início de vigência das alterações nas resoluções, possibilitando a adaptação dos agentes em cada segmento, promovendo-as por etapas com início na produção e importação, com o aumento da competitividade, e após uma reforma tributária, com plena segurança jurídica, por meio de respostas ágeis do Judiciário, com a criação de Varas Especializadas nos Tribunais;
- b) acesso direto do TRR a outras fontes de suprimento (produtores e importadores), após os ajustes mencionados na letra "a", supra;
- c) autorização para o TRR comercializar outros produtos, após discussão oportuna e definição de acordo com as perspectivas do mercado consumidor;
- d) compartilhamento de instalações de armazenamento de combustíveis entre TRR.

São esses os comentários que o SindTrr submete à elevada apreciação da Agência, esperando ter contribuído para a Tomada Pública de Contribuições n. 3/2018.

Atenciosamente.

Alvaro Rodrigues Antunes de Faria  
Presidente  
Sindicato Nacional TRR